

QUADRO GERAL DE CREDORES

Juízo: 4ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis/RJ

Processo n.º 0010242-92.1997.8.19.0042

Massa Falida: VOGAN COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ROUPAS
LTDA. – CNPJ n.º 27.883.982/0001-63.

QUADRO PROVISÓRIO GERAL DE CREDORES

CLASSE IV		
<i>Credor</i>	<i>referência</i>	<i>Valor (indicado)</i>
Nova América S.A.	Fl. 430	R\$ 32.194,45
Subtotal		R\$ 32.194,45

RESERVA DE CRÉDITOS – CLASSE III		
<i>Credor</i>	<i>referência</i>	<i>Valor (indicado)</i>
Fazenda Nacional	Fls. 230/231	R\$ 120.071,32
Fazenda Nacional	Fls. 249/252	R\$ 121.324,13
INSS	Fls. 253/259	R\$ 72.627,79
Estado do Rio de Janeiro (**)	Fl. 238	R\$ 0,00
Subtotal		R\$ 314.023,24

(**) – Valor não informado pela Fazenda Estadual.

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS POR CLASSE

I – Créditos Trabalhistas (art. 83, inciso I, da LREF): créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, os decorrentes de acidentes de trabalho, e créditos equiparados.

II – Créditos com Direito Real (art. 83, inciso II, da LREF): créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado.

III – Créditos Tributários (art. 83, inciso III, da LREF): créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias.

IV – Créditos Quirografários (art. 83, inciso VI, da LREF): créditos não previstos nas hipóteses anteriores, saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento, e saldos dos

créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor.

VII – Multas (art. 83, inciso VII, da LREF): multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias.

VIII – Créditos Subordinados (art. 83, inciso VIII, da LREF): os créditos previstos em lei ou em contrato, e os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado.

IX – Juros Vencidos (art. 83, inciso IX, da LREF): juros vencidos após a decretação da falência.